



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**LAURIBALDO CALANDRINI DE AZEVEDO NETO**

**TRAJETÓRIAS DE TRANSGENERIDADE:** uma análise sociológica dos papéis da  
família e da escola

BELÉM

2024

LAURIBALDO CALANDRINI DE AZEVEDO NETO

**TRAJETÓRIAS DE TRANSGENERIDADE:** uma análise sociológica dos papéis da  
família e da escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
para obtenção do grau de Licenciatura em  
Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Pará.

Orientadora: profa. Dra. Nelissa Peralta Bezerra

BELÉM

2024

LAURIBALDO CALANDRINI DE AZEVEDO NETO

**TRAJETÓRIAS DE TRANSGENERIDADE:** uma análise sociológica dos papéis da família e da escola.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nelissa Peralta Bezerra.

Data da aprovação: 13/03/2024

Conceito: Excelente

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientadora  
Dra. Nelissa Peralta Bezerra

---

Examinadora interna  
Dra. Márcia Vanessa Malcher Dos Santos

---

Examinadora Externa  
Dra. Vergas Vitória Andrade Da Silva

À todas as pessoas transgêneras, em especial, às três que concordaram em partilhar suas experiências para o desenvolvimento desta pesquisa e a minha família por todo incentivo para que este momento se tornasse possível e real.

## AGRADECIMENTOS

À Deus e Nossa Senhora De Nazaré por terem me sustentado espiritualmente até aqui;

À minha mãe, Elidia, por todo o incentivo e apoio para a realização deste momento. Sonhou junto comigo o dia de hoje, minha base de ser humano;

Aos meus familiares paternos e maternos, pela apoio e incentivo: Minhas tias, tios e avós;

À minha orientadora, professora Nelissa Peralta, por toda orientação, paciência e atenção. Pessoa que tem, eternamente, todo o meu carinho, respeito e admiração.

À Dhafne, Caio e Stevan pela colaboração com seus relatos de vida para que esta pesquisa fosse possível;

Aos meus amigos e amigas da graduação e fora dela, pela amizade compartilhada;

Aos meus colegas do programa residência, em especial Jean e Larissa, pela partilha da amizade e atividades desenvolvidas;

À minha preceptora do Programa de Residência Pedagógica, professora Vergas Vitória, por toda a parceria, afeto e por me despertar um amor pela educação. A você sempre o meu carinho, respeito e admiração.

## RESUMO

O presente trabalho descreve objetivamente a narrativa de vida de pessoas transidentitárias, dissidentes do padrão binário de gênero, buscando compreender sociologicamente o panorama vivenciado com as instituições sociais Família e Educação. A metodologia utilizada é referente à entrevistas não diretivas, através da história de vida de cada pessoa entrevistada, sendo apresentadas no capítulo I de forma sucinta. As discussões presentes nesta pesquisa discorrem sobre o corpo e a construção da identidade e a presença da transgeneridade no espaço familiar e educacional. As referências teóricas utilizadas para embasar a discussão são de autores que discutem a temática como Judith Butler, Michel Foucault, Bell Hooks, Paulo Freire, dentre outros. Por fim, conclui-se que, o percurso de vida de pessoas trans é marcado por preconceito e discriminação que colaboram para o processo de invisibilização social negando sua sociabilidade e cidadania; a família colabora para esse processo quando impõe regulações sobre o comportamento diferenciado de seus descendentes, a fim de afirmar a binarismo de gênero; e as instituições de ensino são espaços que dificultam a permanência de personalidades transidentitárias, pois elas/eles são violentadas nesses locais de diversas maneiras. Sendo assim, é necessário que ambas as instituições atuem como inclusas no debate pela humanização de pessoas transgêneras, a fim de que sua vida seja vivível e visível.

**Palavras-chave:** Transgeneridade; Família; Educação.

## ABSTRACT

This work objectively describes the life narrative of transidentity people, dissidents from the binary gender standard, seeking to sociologically understand the panorama experienced with the social institutions of Family and Education. The methodology used refers to non-directive interviews, through the life story of each person interviewed, which are presented in chapter I succinctly. The discussions present in this research discuss the body and the construction of identity and the presence of transgenderism in the family and educational space. The theoretical references used to support the discussion are from authors who discuss the topic such as Judith Butler, Michel Foucault, bell hooks, Paulo Freire, among others. Finally, it is concluded that the life path of trans people is marked by prejudice and discrimination that contribute to the process of social invisibility, denying their sociability and citizenship; the family

contributes to this process when it imposes regulations on the differentiated behavior of its descendants, in order to affirm gender binarism; and educational institutions are spaces that make it difficult for trans-identity personalities to remain, as they are violated in these places in different ways. Therefore, it is necessary for both institutions to act as participants in the debate for the humanization of transgender people, so that their lives are livable and visible.

**Keywords:** transgenerity; family; education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1: O CORPO E AS NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2: A TRANSGENERIDADE NO AMBIENTE FAMILIAR</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>A família e os mecanismos de regulação</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO E TRANSGENERIDADE</b>	<b>38</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

No interior dos variados meios sociais existem pessoas que não se identificam com o seu sexo e, possivelmente, com o gênero a ele associado e passam, no decorrer da vida, a transformar e a aproximar seu corpo às características do gênero com o qual se identificam, ou mesmo, a não-binariedade de gênero. Assim, após o discernimento de suas singularidades, passam a ser considerados e/ou a considerarem-se como homens e mulheres trans. Entretanto, as pessoas que assumem socialmente sua identidade de Transgeneridade são vistas e tratadas como desviantes, sofrendo todo tipo de coerção social. Dessa maneira, por não serem respeitados em seu meio social, os cidadãos transgêneros são encarados (pelos demais membros de sua comunidade social) como delinquentes e, por conseguinte são rotulados como *Outsiders* por transgredirem uma conduta totalmente associada ao binarismo de gênero. O termo *outsider* foi cunhado pelo sociólogo Howard Becker para tratar daquelas pessoas cujo comportamento está fora de um padrão imposto pelas normas sociais. Essas pessoas são julgadas e punidas por instituições sociais responsáveis por esta tarefa, ou por outros cidadãos que concebem determinado comportamento como desviante, pois se afasta de seus valores, e se põem no lugar do que Becker denomina como “reguladores sociais”.

“Venho usando o termo “outsiders” para designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros “normais” do grupo”. (Howard Becker, 1991, p. 27)

Conforme o pensamento de Goffman (1988) de a sociedade categorizar as pessoas em conformidade com parâmetros ditos como comuns e naturais, menciona-se que durante muito tempo os órgãos de saúde classificaram as diferenças de pessoas transgêneras como uma patologia, a qual se denominava de Disforia de Gênero. E, como consequência dessa categorização, elas eram enquadradas dentro da Classificação Internacional de Doenças (CID), ou seja, concebidas como cidadãos e cidadãs portadores de transtorno mental. Além disso, eram reprimidas e isoladas do convívio em sociedade nos ambientes de controle de regulação social como os manicômios, esta forma de repressão é também um caminho que favorece a invisibilidade social para pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação". (Erving Goffman, 1988, p. 5).

Foi somente em 2018 que a nova edição da Classificação Internacional de Doenças decidiu retirar a transsexualidade (antes o termo era denominado transsexualismo, cujo sufixo ismo indica patologia) da lista das doenças mentais, entretanto essa decisão não contribuiu para a aceitação social dessas pessoas, pois continuam sendo estigmatizadas socialmente por estarem fora dos padrões impostos e estabelecidos pela sociedade no que se refere especificamente ao gênero. Dessa forma, pela repressão que é cada vez mais persistente a este público, percebe-se que o estigma negativo associado a eles e elas os torna incapazes de contribuir com o meio social o qual estão inseridos, como discorre Goffman:

São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. (Erving Goffman, 1988, p. 121)

Em se tratando da relação de cidadãos e cidadãs transgêneras(os) com as instituições sociais, percebe-se que mesmo naquelas em que a aceitação e o respeito deveriam ser fatores prioritários e primordiais, como a Família e a Escola (educação), estes não existem. Ratifica-se tal afirmação pelos jovens que são expulsos de casa quando decidem expor sua identidade social real e pelos altos índices de violência nas escolas em relação ao público transgênero. Observa-se que o estigma ainda impera no espaço familiar e escolar, tornando os estigmatizados como uma espécie de mal que deve ser banido. Sobre tal situação o sociólogo Goffman afirma que:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (Goffman, 1988, p. 6)

As instituições sociais Família e Escola são responsáveis pelo processo de socialização dos indivíduos com o seu meio social. Esse processo de socialização se inicia na infância (socialização primária) e perdura por toda a vida (socialização secundária). Compreende-se que, se estes agentes de socialização apresentam equívocos em sua função social, principalmente quando possibilitam a exclusão social de pessoas que não estão dentro de padrões estabelecidos socialmente (aplicação de juízo de valor), também contribuem para uma sociedade que é capaz de excluir seus membros quando estes não estão “adequados” às normas e prescrições sociais consideradas “naturais”, o que impulsiona uma série de problemas na vida em comunidade dos cidadãos enxergados com condutas destoantes.

A educação que é garantida a todos pela legislação, inclusive independente de gênero, tem se mostrado excludente e incapaz de tornar o espaço escolar seguro, de acesso e permanência a todos. Pessoas transgêneras sofrem por conta dos estigmas a elas associados e isso implica na sua permanência dentro dos espaços de educação, pois são alvos de discriminação. Logo, é possível compreender que a condição de gênero tem se tornado um fator preponderante que implica na evasão escolar de alunos e alunas trans.

Cidadãos e cidadãs transgêneras (os) são, diariamente, discriminados de maneira física, verbal, moral, virtual, simbólica e psicológica em locais que frequentam ou que necessitam transitar. A intolerância relativa à condição de gênero de uma pessoa trans é denominada Transfobia, o ápice dessa violência criminosa é a perda da vida (o assassinato). Comenta-se que não existe uma lei que obrigue o indivíduo a ser do gênero que corresponda ao sexo biológico, assim quem pratica discriminação por conta do gênero a está realizando baseado em valores autônomos, ou seja, trata a condição do outro como desviante tendo como princípio seus próprios ideais. A Transfobia prejudica

completamente a sociabilidade e a cidadania dos indivíduos acometidos por ela, pois coloca em risco a integridade física, mental e social deles e delas.

Mediante os conceitos de Rotulação de Becker e de Estigma de Goffman, depreende-se o impacto negativo na trajetória social de pessoas concebidas como dissidentes de gênero. Torna-se um caminho marcado por invisibilidade, discriminação, intolerância, segregação e não aceitação social. O estigma atrelado à pessoa transgênera é proveniente de que todo ser humano deve ter uma conduta de gênero que esteja de acordo com o seu sexo biológico, assim a própria sociedade estipula modos de comportamentos para o sexo feminino e masculino bem como associa a ele mecanismos como cores, roupas, objetos, papéis sociais, entre outras.

Em contraposição a esta ideia de naturalização de gênero, a filósofa Judith Butler (2003) rompe com um padrão centrado na cisheteronormatividade e em estruturas binárias, afirmando que a construção de identidade homem e mulher não estão atreladas, respectivamente, aos corpos masculino e feminino. Ou seja, a autora enfatiza que o gênero não é uma verdade biológica, mas um sistema de captura social das subjetividades, que deve ser concebido como transitório/fluido. Para Butler, “aquilo que é entendido como identidade de gênero é uma performance apoiada em sanções sociais e tabus. E essa condição de performance guarda a possibilidade de contestar seu status reificado” (Butler, 2019, p.214). Os incentivos e proibições que produzem a identidade de gênero estão dentro de uma heterossexualidade idealizada para a construção e regulação da sexualidade no domínio reprodutor. Devido à naturalização do padrão cisheteronormativo e binário é que o ser humano é rotulado pela sua condição de gênero. Quem foge ao padrão tem sua sociabilidade prejudicada, porque é desintegrado de seu meio social e, muitas vezes, tem seus direitos humanos violados. É o que destaca Butler, quando afirma que “gênero é um projeto que tem como fim a sobrevivência cultural”. Assim, a performance de gênero acontece em uma condição coercitiva, com consequências punitivas. São essas performances que podem garantir, ou não, a humanização de indivíduos na cultura contemporânea. “Performar seu gênero de maneira errada implica um conjunto de punições, tanto óbvias quanto indiretas, e performá-lo bem garante a reafirmação de que, no fim das contas, existe uma essencialidade de gênero” (Butler, 2019, p. 226).

Assim, um discurso restritivo sobre gênero que insiste no binarismo de homem e mulher como forma exclusiva de compreender o campo do gênero desempenha uma operação de poder regulatório que naturaliza a instância hegemônica e impede a capacidade de pensar sua disrupção. (Butler, 2022, p. 77)

Partimos dessa abordagem teórica para pensarmos o trânsito de gênero como elaboração de uma performance, que desestabiliza o gênero, provocando respostas sociais punitivas. Portanto, performar uma identidade trans na sociedade é desafiador, sendo necessário resistir a todos os desafios impostos por seus membros e suas instituições; além de lutar contra todo o modelo de exclusão social ao qual são submetidos e reivindicarem políticas públicas que os possibilitem acessibilidade à cidadania e a ter uma vida visível e vivível socialmente.

A partir dessa problemática buscou-se responder descritivamente: quais os principais desafios e como ocorrem trajetórias de pessoas trans na sociedade? Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é descrever as trajetórias de vida de pessoas transgêneras, identificando especificamente os caminhos percorridos na infância e na adolescência, bem como sua relação com as principais instituições de socialização – a família e a escola, analisando principalmente suas formas de resistências às opressões sociais.

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, com entrevistas não-diretivas. O público alvo da pesquisa foram estudantes transgêneros/transgêneras de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Os participantes foram selecionados quando vistos pelo responsável da pesquisa no campus ou por indicação de outras pessoas. Na abordagem foi explicado sobre a pesquisa e, posterior a isto, a pessoa sinalizava o seu consentimento. Abordamos umas 15 pessoas sobre o trabalho em questão, mas a maioria recusou a participação por diversos motivos, o principal deles sendo experiências negativas com outras pesquisas, não agregando de forma satisfatória para a comunidade trans ou por não acharem interessante fornecer entrevistas para pessoas cis, devido ser um assunto delicado. Diante disso, apenas três pessoas toparam contribuir com a pesquisa concedendo uma entrevistas sobre suas histórias de vida. O método utilizado para a coleta foi a história de vida, cujos resultados foram analisados utilizando a análise do discurso. Para a coleta de dados utilizou-se de procedimento qualitativo. Assim, elaborou-se um roteiro que foi aplicado por meio de entrevistas. O roteiro continha quatro perguntas completamente abertas,

remetendo à vivência em fases da vida como infância, adolescência e idade adulta, bem como interação no meio escolar e familiar no decorrer de sua trajetória e sobre a transição de gênero. As entrevistas foram agendadas previamente e efetuadas em caráter presencial. No decorrer do processo de entrevista os entrevistados recebiam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando que os parâmetros éticos estabelecidos para execução de entrevistas foram obedecidos. Somente depois disso é que se iniciava o processo de diálogo e gravação do discurso do entrevistado. Por conseguinte, o material coletado era transcrito e analisado para obtenção de resultados.

As três pessoas que aceitaram colaborar com suas experiências de vida, tinham idade entre 20 e 27 anos, já passaram pelo processo de transição de gênero com terapia hormonal. Mostraram-se bastante confiantes com a proposta da pesquisa e, sobretudo, esperançosos com o surgimento de trabalhos que discorrem sobre suas vivências e os desafios enfrentados decorrente da rotulação que sofrem na sociedade. Assim, o método adotado nesta pesquisa foi valioso para compreender, através da oralidade, experiências de vida silenciadas e tratadas como marginalizadas. Além disso, uma forma de aumentar o número de informações sobre a temática e relatar que mesmo o transicionamento dos entrevistados (as) ocorrendo durante a passagem pelo ensino superior, o preconceito e discriminação ainda persistem, mas que também contam com o apoio oferecido pela instituição de ensino para que a transfobia seja combatida, assegurando a sua permanência.

O presente trabalho é composto por três capítulos, além da introdução: o primeiro trata das corporeidades em transição e sua relação com a construção da identidade; o segundo analisa as relações familiares e o terceiro aborda a vivência de pessoas trans nas unidades educacionais. Por fim, é apresentada a conclusão desta pesquisa, destacando seus principais achados, gargalos e novas possibilidades de investigação.

## **CAPÍTULO 1 - O CORPO E AS NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO**

Neste capítulo será realizada uma abordagem sobre o corpo, no que se refere às expressões padronizadas que são impostas pela sociedade e, sobretudo, enquanto estabelecedoras de gênero, através do sexo de nascença. Além disso, será exposto a respeito da atribuição de papéis sociais com base no gênero. Ainda dentro dessa temática, se discutirá sobre a insatisfação de pessoas trans com as características de seu corpo desde a infância e o agravamento disso no período da adolescência com a chegada da puberdade, durante a qual, o corpo desenvolverá caracteres indesejáveis contribuindo cada vez mais para o desagrado dessas pessoas. Demonstrar-se-á que o corpo de pessoas como os de transgêneras que divergem do padrão social são concebidos como dissidentes e, por isso, são desumanizados e direcionados ao processo conhecido como invisibilização social, decorrente do preconceito e da discriminação por conta da fuga ao padrão de gênero normatizado; tendo os seus direitos de sociabilidade e cidadania comprometidos.

Como ponto de partida do trabalho, reproduziremos a seguir, de forma sintetizada, as narrativas de vida dos (as) participantes desta pesquisa. Salienta-se que, para isso, utiliza-se nomes fictícios a fim de preservar suas identidades.

### **Alana, 22 anos.**

Alana teve uma infância em que na mesma proporção que se sentia livre também se considerava muito presa por não poder expressar sua feminilidade. Desde criança sempre gostou de brincar de boneca, utilizar maquiagem e dançar, porém era sempre reprimida no meio familiar principalmente pela sua mãe, pois ela concebia como atitudes definidas socialmente para pessoas de gênero feminino. Na adolescência, com a chegada da puberdade, seu corpo passou a incomodá-la, pois percebia que ele não se desenvolvia como o de outras adolescentes, mas com características indesejadas. Com o aparecimento das características masculinas passou a se sentir desconfortável e insatisfeita dizendo ser este “o momento mais delicado da minha vida”.

Em seu meio familiar, a jovem era sempre repreendida pela forma como se comportava. A pessoa mais próxima de si era a sua mãe, entretanto a que mais a criticava e a impedia de reproduzir determinados comportamentos condicionados pelo gênero. Suas tias maternas percebiam que seu comportamento era diferente em relação

ao de seus primos e também a criticavam por conta disto. Seus familiares desconfiavam que ela assumisse identidade homoafetiva quando ficasse maior e, mesmo com as críticas, estava tudo bem e recebia, por vezes mesmo com muitas críticas, certo apoio da mãe e das tias, mas a intenção de mudar de sexo foi recebida de forma repressora pelo seu grupo familiar. A partir daí a relação com a sua família se tornou cada vez mais complicada em que ela destaca “foi quando foi mais difícil de lidar com a minha família e, eu comecei a ter ansiedade e depressão”. Sentia solidão e contava apenas com o suporte de alguns amigos.

Nas instituições educacionais as quais frequentou durante o colegial sempre teve que conviver com comentários homofóbicos e assédio, pois ela ainda portava uma identidade social masculina. Quando iniciou o seu processo de transição de gênero já estava inserida no ensino superior e disse ser bem acolhida, aceita e respeitada por sua orientadora, bem como no seu grupo de pesquisa; não se recorda de nenhum evento relacionado à transfobia, mas que se sente incomodada com relação ao uso do banheiro no período que está na universidade, porque não se sente a vontade ainda para utilizar o feminino e nem mais o masculino, assim, sugere que tenha um banheiro unissex.

Desde a primeira infância Alana sempre se sentiu uma pessoa trans, mas evitou passar pelo processo de transição muito antes pelo fato de que pensava primeiro em ser financeiramente independente; não queria ser impedida por ninguém e nem ingressar na prostituição como acontece com muitas mulheres transgêneras. Há dois anos ela conseguiu parcialmente a sua independência financeira e decidiu que não adiará mais seu processo de transição, visto que não suportava mais a insatisfação com o corpo em que estava e nem na forma (masculina) como era socialmente tratada. Decidiu passar pela hormonioterapia sem que todos os seus familiares soubessem, para que aos poucos se acostumassem com as mudanças que ocorrerão principalmente em sua estrutura física.

Ainda não contei pra todo mundo da minha família que eu sou trans, porque embora eu já tenha um pouco de independência financeira, eu dependo ainda dos meus pais e, os meus pais, eles não aceitam que eu seja trans. Ele aceita que eu goste de homem, mas não aceita que eu seja trans. Então, eu tô, sei lá; eu tô deixando eles acompanharem esse processo da minha transição sem que eles saibam que eu sou trans, pra até mesmo eles se adaptarem com as mudanças que tão acontecendo no meu corpo. (Alana, 22 anos, entrevista concedida em 25/08/2023).

A moça relata ainda sobre sua experiência no ambulatório em que realiza as consultas que necessita para o acompanhamento de seu processo de terapia hormonal; na ala hospitalar em que está localizado, alana é integralmente respeitada, todavia quando precisa se deslocar para outras alas da unidade de saúde a fim fazer exames é tratada com negligência pelos profissionais sobretudo com relação ao nome social, preferem chamá-la pelo seu nome de batismo. Tal situação a deixa estritamente chateada e desconfortável.

### **Breno, 27 anos**

Breno nasceu portador de epilepsia; classifica sua infância como “conturbada e solitária”. Seus pais o tiveram com pouca idade, morava com a mãe e o pai aparecia para visitas. Ainda nesse período da vida recorda sofrer bullying na escola e imposição para se encaixar em padrões socialmente construídos e definidos. Na fase da adolescência sua situação piorou, pois entrou para a igreja e tentou se adequar aos padrões comportamentais que o traziam desconforto, para ele era uma forma de se anular. Durante esta fase da vida, na qual questões como as de sexualidade começam surgir, acabou tendo que reprimi-las objetivando aceitação social.

Em se tratando da relação com a sua família era baseada numa dependência econômica, contudo não era satisfeito com esta relação, pois não podia ser quem ele era essencialmente. Sua família tinha muitos tabus relacionados à sexualidade e gênero, com isso reprimiam suas brincadeiras, gostos, consumo, dentre outras. Por volta dos seus seis anos de idade, sua mãe arrumou um companheiro que fora residir em sua casa e, com a mãe, ele podia questionar o porquê das coisas. Com seu pai a relação era distante devido aos episódios de violência cometidos pelo pai com o rapaz. Seus parentes paternos eram extremamente conservadores e respondiam com bullying as suas indagações se utilizando de apelidos como “sapatão” ou com uma conduta pautada em ensinamentos religiosos. Por fim, destaca que a relação com a mãe foi bem melhor construída e compreende os momentos de solidude que passou porque sua mãe precisava trabalhar.

Para Breno os espaços educacionais pelos quais passou sempre o segregaram, invisibilizaram e o reprimiram. Além disso, era constantemente alvo de bullying,

através de apelidos como “maria macho”, provocado por alunos e professores com base em seu comportamento. Assim, ele relata:

Apelidinhos que surgiam na época como “maria macho”, ouvia muito isso, esse apelidinho, falarem sobre a forma que eu me sentava, que eu andava, o tom da voz, cortes de cabelo, postura; tudo isso era uma coisa ali que me era cobrada, pra que se mantivesse num padrão, tanto num padrão do aluno bom quanto no padrão da feminilidade. Isso se seguiu tanto no âmbito escolar quanto no familiar. (Breno, 27 anos, entrevista concedida em 29/08/2023).

As escolas pelas quais passou, acredita, foram omissas às suas expressões de gênero e sexualidade. Sofreu violência física, verbal e psicológica em todos os ambientes escolares que frequentou. As situações vivenciadas pelo jovem nas instituições de ensino o prejudicaram em sua vida estudantil, pois sua permanência se tornou um desafio tendo como efeito a evasão escolar, reprovação em disciplinas, repetição de série/ano e mudança de escola almejando ser aceito. Ademais, Breno não era aceito nos grupos de amigos na escola devido o seu comportamento; inclusive tentou mudar de escola almejando ser aceito, mas não aconteceu como ele esperava. Inclusive, Breno tentou participar da equipe de teatro de uma das instituições que frequentou pensando que seria diferente e, mesmo em grupos onde os membros fazem parte da comunidade LGBTQIA+ ele experienciou a inaceitação:

Mas lá acabou que as coisas não aconteceram como eu esperei, na época tentei entrar até no teatro pra ver se entrava no grupo que eu julgava ali que me aceitaria melhor, mas todos eles também viviam em grandes casulos. Hoje em dia, é muito engraçado perceber que não havia se quer uma pessoa hétero no grupo do teatro inteiro, mas na época isso não era abertamente conversado e, quando tentavam conversar essa pessoa era ridicularizada por tá falando a respeito. Então ficava isso silenciado. (Breno, 27 anos, entrevista concedida em 29/08/2023).

Em meio à dificuldade de permanência nas escolas, o rapaz concluiu o Ensino Médio através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Foi aprovado pelo PROUNI numa universidade privada na qual enfrentou problemas com o questionamento dos demais estudantes a respeito de sua sexualidade e comportamento; não suportou a repressão e desistiu. Breno fora aprovado novamente no vestibular para cursar Física numa universidade pública, se deparou com as mesmas questões e mais

uma vez evadiu o sistema educacional. Após isso, conseguiu nova aprovação em seu atual curso de graduação na universidade pública, já passando por transição recebeu suporte de seu instituto, mas ainda houve alguns desafios de enturmação, porém foram enfrentados e trabalhados; inclusive o uso do banheiro foi conversado com ele, que poderia utilizar aquele em que se sentisse mais confortável.

Certa vez, Breno foi a uma festa fantasiado de jogador de futebol. Naquela festa todos o trataram como um autêntico garoto, situação que o deixou totalmente confortável e realizado, inclusive escolheu um nome masculino para se apresentar às pessoas. Dali por diante, ele decidiu que queria ser o Breno para sempre e resolveu buscar informações sobre como proceder. Foi pesquisar na internet e se deparou com influenciadores transgêneros que contavam suas narrativas de vida e o processo de transição. Ali encontrou respostas para alguns dos seus questionamentos e se entendeu como um homem trans e bissexual. Iniciado o processo de terapia hormonal enfrentou um episódio conturbado com a mãe que se assustou com as mudanças ocorridas, inicialmente com as roupas e corte de cabelo e, a falta de informação sobre transgeneridade versus homossexualidade contribuiu para a reação negativa da figura materna. Saiu de casa por não aguentar as regulações da mãe para se manter no padrão binário de gênero. Contou com a aceitação e respeito do pai. Teve que esperar que os colegas de sala da faculdade se adequassem ao seu nome social e pronome. Pediu demissão de seu emprego pela inaceitação e repressão que iria enfrentar no ambiente de trabalho. Sofreu violência na rua após sair de casa, foi espancado e torturado.

### **Cauan, 20 anos**

Desde a primeira infância, por volta de seus cinco anos de idade, Cauan se sentia diferente, com o passar do tempo compreendeu que ocorria um desconforto atrelado à sua identidade de gênero. Relata que ainda quando estava na pré-escola começou a perceber que não se reconhecia da mesma maneira como as demais meninas. Durante este período de sua vida, ele era proibido de jogar futebol, por exemplo, e isso lhe causava frustração. Portanto, o jovem verbaliza “da infância, até eu realmente me identificar como uma pessoa trans, eu passei a minha vida meio que depressivo por não ser aceito no ciclo masculino”. Em casa convivia com a sua mãe e a avó materna, e lembra que não era acolhido e que inclusive a ausência de informação sobre personalidades transidentitárias contribuiu para esta situação. Na adolescência, o rapaz

se identificava com a aparência física de meninos cisgêneros e se frustrava com as características do seu corpo. Ainda assim tentava aproximar sua aparência e roupas ao universo masculino.

Cauan relata que com sua família a relação não era “muito conturbada”, porém o incomodava o fato de sua mãe e sua avó sempre o obrigarem a utilizar roupas (rosa) que não gostava como vestidos, e adereços femininos a fim de sempre reafirmar o gênero que o fora atribuído socialmente pelo seu sexo biológico. Depois de um tempo, ele demonstrou verbalmente sua insatisfação em utilizar as vestimentas femininas, o que causou o questionamento de seus familiares sobre o porquê ele não gostar de usá-las. Além disso, tal fato acabou o deixando triste e o afastando delas (mãe e avó). Desde a infância sua avó sempre encarou seu comportamento como uma fase passageira.

Durante a vida escolar, o jovem apenas se sentia “estranho” e como era muito calado não recorda ter sofrido repressões. Entretanto, quando entrou na universidade em 2022, foi vítima de transfobia em sala de aula por parte de um professor que não respeitava o seu pronome e nem o nome social. Mesmo ele retornando para falar com o professor a respeito disso, a conduta do professor persistiu. Com isso, Cauan evadiu a disciplina desse professor e denunciou na secretaria de seu curso como forma de reivindicar seu direito e para que outras pessoas não venham a passar por esse tipo de preconceito num espaço onde relata “pensei que aqui eu seria mais acolhido, que geralmente faculdade é onde tu vê várias pessoas”. Ademais, passou por situações de total desrespeito em instituições que oferecem cursos profissionalizantes e outros e, como sempre, teve que resistir para ser reconhecido e visibilizado nestes espaços.

Em 2020 começou o seu processo de transição de gênero. Buscou informações em redes sociais e teve medo de dar desgosto à sua família. Conheceu um rapaz trans que conversou abertamente com ele sobre a sua narrativa de vida, a qual o jovem se identificou. No ano de 2023, Cauan deu início ao processo de retificação de seus documentos e a terapia hormonal. Para ele tem sido “incrível” e tem ficado feliz, satisfeito com os resultados alcançados por meio dos hormônios que tem feito usufruto. Afirma que realmente nasceu para ser a pessoa que é hoje, sem dar ouvidos para comentários do tipo “é só uma fase”; em suas palavras ele manifesta a realização em realmente sentir-se bem com o seu corpo atual (em hormonioterapia):

Eu sou essa pessoa e eu me sinto bem sendo assim, mesmo que eu já tenha passado por várias coisas tanto na minha família, quanto alheios, quanto outras pessoas. Mas é dessa forma que eu me vejo e, é dessa forma que eu quero envelhecer o resto da minha vida. (Cauan, 20 anos, entrevista concedida em 20/10/2023).

### **Trajetórias corporais e construção das identidades**

Para o antropólogo José Carlos Rodrigues (1979, p. 44) “o corpo humano é socialmente concebido”, sendo possível mencionar que desde o nascimento, o sexo biológico com que o indivíduo nasce já o condiciona a determinados parâmetros como o comportamento que deve adotar, a educação que receberá, as vestimentas que deverão ser adotadas, o nome condizente ao sexo equivalente ao seu órgão genital, com quem deverá se relacionar amorosamente, dentre outros fatores. Socialmente, a criança que nasce com genitália masculina (pênis) é designada como homem; e com a genitália feminina (vagina) mulher. A partir disso, concebe-se que o gênero é uma construção da própria sociedade e, por conseguinte, imposta aos seus membros de forma padronizada e obrigatoriamente aderida. O gênero ao qual cada corpo deve expressar e que é imposto culturalmente pelo meio social de vivência atribui a naturalização desse ideário às instituições sociais principalmente a educacional e a familiar, sob essa mesma ótica discorrem Rodrigues e Lanz:

[...] a cultura dita normas em relação ao corpo; normas a que o indivíduo tenderá, à custa de castigos e recompensas, a se conformar, até o ponto de estes padrões de comportamento se lhe apresentarem como tão naturais quanto o desenvolvimento dos seres vivos, a sucessão das estações ou o movimento do nascer do sol e do pôr-do-sol. Entretanto, mesmo assumindo para nós este caráter “natural” e “universal”, a mais simples observação em torno de nós poderá demonstrar que o corpo como sistema biológico é afetado pela religião, pela ocupação, pelo grupo familiar, pela classe e outros intervenientes sociais e culturais. (Rodrigues, 1979, p. 45)

O gênero é hoje um dispositivo absolutamente fundamental para o entendimento da estrutura de organização e funcionamento da estrutura de organização e de funcionamento da sociedade, designando o conjunto de papéis, atribuições, responsabilidades, direitos, deveres, privilégios, e restrições impostas aos indivíduos em função do seu sexo genital. (Lanz, 2021, p. 21)

A anatomia humana é usada para legitimar o gênero dos indivíduos através do sexo biológico e naturalizá-lo. Na medida em que os seres humanos divergem ao padrão

de gênero legitimado pela comunidade social ao qual vivem, ou seja, quando o corpo delas não expressa as características esperadas pela sociedade, pode-se esperar que tal corpo seja “estigmatizado”. O conceito de estigma proposto por Goffman, diz respeito a uma característica, marca ou reputação que faz com que um membro de uma sociedade seja visto de forma negativa<sup>1</sup>: “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1988, p. 6). Podemos entender este tipo de estigma, proveniente da não conformidade com os padrões de gênero, como o tipo de estigma proposto pelo referido autor, quando o corpo se torna abominável por algum tipo de deformidade. Os corpos que são estigmatizados por serem discrepantes das imposições sociais e são levados a julgamentos, comprometendo a qualidade e mesmo a possibilidade da existência, como aponta a filósofa Judith Butler (2022, p. 17): “as normas que governam a anatomia humana idealizada operam no sentido de produzir um senso diferencial de quem é e não é humano, de quais vidas são e não são vivíveis”.

Outro autor que lida com os ditos desvios de comportamento e de atendimentos às regras sociais é o sociólogo Howard Becker (1991), que cunhou o termo *outsiders*<sup>2</sup> para designar aquelas pessoas que desviam das normas sociais, estejam estas prescritas na lei ou aquelas associadas a informalidade ou a tradicionalidade, como no caso relacionado à corporeidade. Os indivíduos desviantes são rotulados negativamente. Assim como em outros casos de desvio e estigma, a sociedade enxerga as expressões de gênero desviantes com repugnância e repressão; atribuindo papéis de regulação às instituições de segurança pública, quando as regras e punições estão previstas em lei. Quando ocorre o contrário, os demais membros da sociedade se encarregam dessa tarefa de regulação e punição. Portanto, as pessoas cujo corpo sinaliza comportamento, maneiras de vestir e tudo mais aquilo que fuja do padrão estabelecido pela sociedade sofrem represálias por conta destes fatos.

As pessoas socialmente designadas como transgêneras, são aquelas que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento conforme a sua genitália e passam a expressar o comportamento corpóreo com o do gênero oposto, portanto dissidem do padrão de gênero<sup>3</sup>. Por esse motivo, o meio social no qual estão inseridas concebe esta conduta como desviante e patologizada; seus corpos são estigmatizados. Como sintetiza

---

<sup>1</sup> GOFFMAN, Erving . **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

<sup>2</sup> Consultar na íntegra o livro *Outsiders*.

<sup>3</sup> A sociedade admite apenas duas possibilidades de gênero: masculino e feminino.

Letícia Lanz<sup>4</sup> (2021, p. 24) “toda forma de expressão que fuja à relação amplamente naturalizada entre sexo e gênero é vista e tratada como transgressão, patologia, e/ou pecado, tornando-se por consequência objeto de repúdio e represália por parte da sociedade”. A autora reforça o desafio de viver num ambiente social sendo uma pessoa transgênera. A sociedade é cruel para com elas/eles, as/os desumaniza, invisibiliza, nega seus direitos de cidadãos e compromete a sua sociabilidade. Com efeito, sobre o processo de transgeneridade a referida autora argumenta:

Trata-se, evidentemente, de um processo muito complexo, envolvendo inúmeros fatores – genéticos, culturais e sociopsíquicos-, que se combinam de modo único em cada pessoa, resultando em uma poderosa vinculação do indivíduo ao modelo homem e mulher em vigor na sociedade de determinada época e lugar. considerado patologia, transgressão e pecado, esse fenômeno e “identificação invertida” seria visto como algo absolutamente natural e comum se a sociedade não estabelecesse o cumprimento de padrões tão rígidos e arbitrários de comportamento. (Lanz, 2021, p. 18)

Durante muito tempo o fenômeno de transgeneridade foi apontado na comunidade médica como uma patologia diagnosticada como “disforia de gênero”. Esta patologização colaborou para o processo de invisibilidade e segregação social de pessoas transgêneros, vale salientar que muitas eram trancafiadas em manicômios submetidas a tratamentos psiquiátricos desumanos. Para Butler (2022, p. 13) essas pessoas “são reconhecidas como menos que humanas, e essa forma de reconhecimento qualificado não conduz a uma vida vivível. Algumas sequer são reconhecidas como humanas, e isso leva a mais outra ordem de vida não-vivível”.

“É a partir dos três ou quatro anos que a criança tem cognição suficiente para se perceber como homem ou mulher. Isso vale para todas, independentemente de serem cis ou transgêneras” (CERIBELLI; LATTA, 2021, p. 43). Dessa maneira, constata-se que, os primeiros traços de transgeneridade começam a se fazerem visíveis na primeira infância por meio do comportamento apresentado, afinidade e gosto por coisas do gênero oposto e, particularmente a insatisfação com seu corpo. Esta insatisfação corporal é permeada por muitos sentimentos atrelados à tristeza, solidão, prisão, em virtude de obrigatoriamente obedecer às normas do binarismo de gênero e se portar de acordo com elas para ser minimamente reconhecido comunitariamente.

---

<sup>4</sup> A autora é pessoa transgênera. Especialista em gênero e sexualidade.

No livro *Erro de Pessoa: João ou Joana o próprio autor*, o ativista transexual João W. Nery fala desse processo de sentir seu corpo inadequado:

Por essa incompatibilidade total com as partes do meu corpo, que me comprometiam numa inversão de imagem, comecei a me tornar um ser angustiado e, além de tudo, cômico de que argumento algum poderia me justificar. (Nery, 1984, p. 37)

A minha crise corporal foi dolorosa e confusa. Ao mesmo tempo que meu corpo era eu, também não era. Quando tomava banho, por exemplo, sentia que não dava banho num corpo estranho, mas em mim. Quando havia um machucado, tratava dele, mas com a finalidade última de ficar bom. A própria gesticulação, os trejeitos das mãos, do rosto, etc. transmitiam o que eu sentia e queria dizer, no entanto, era por intermédio deste mesmo corpo, do que ele tinha e fazia, que as pessoas me confundiam com uma mulher. (Nery, 1984, p. 43)

Essa relação com o corpo também é expressa por um dos participantes deste trabalho que sua experiência de sensação de mal estar com o seu corpo e das proibições que lhe eram feitas na fase infantil por estar preso em um corpo integralmente feminino:

Na minha infância eu normalmente tinha pensamento de: poxa, eu não me sinto bem com a minha identidade de gênero; e isso foi acontecendo ao decorrer dos cinco anos, seis anos de idade, eu ainda tava na escolinha vamos dizer assim, já tava na escolinha. E eu percebia que eu não me via daquela maneira, não me via que nem as outras meninas naquele ambiente ali, né, antigamente. E, eu me senti mal, porque eu não poderia brincar de bola, o que é visto ainda pela sociedade como jogos masculinos. Então eu não conseguia me ver daquela maneira, e eu me sentia mal. Então da infância, até eu realmente me identificar como uma pessoa trans, eu passei a minha vida meio que depressivo por não ser aceito no ciclo masculino, na época quando eu era criança. (Cauan, 20 anos, entrevista concedida em 20/10/2023)

Para o ser humano transgênero, a trajetória de vida no período infantil é marcada por constante angústia em relação ao corpo e tudo aquilo que ele deve exteriorizar em diversos aspectos, para ser aceito em seu meio social. Com o passar do tempo, a infância é substituída pela chegada de outra fase da vida conhecida como adolescência e com ela advém também a puberdade. Tal processo intensifica ainda mais o descontentamento de pessoas trans com as características desenvolvidas em sua estrutura física, pois é responsável pelo amadurecimento e desenvolvimento de atributos corporais, que no caso dessas pessoas, são indesejáveis. No caso de transmasculinos aparecem os seios e a menstruação; e de transfemininas o aparecimento de pêlos,

mudança de voz, entre outras características. Logo, este período da vida passa a ser muito mais doloroso e trágico, culminando por vezes em suicídios, por conta dessas questões. Assim, pontua uma das entrevistadas neste trabalho a respeito de sua vivência como adolescente, do desafio de ter que lidar com o desenvolvimento insatisfatório de sua estrutura corporal:

Na adolescência eu acho que foi a pior parte, porque é quando eu comecei a perceber a diferença, no meu corpo, pro corpo das outras meninas, porque o corpo das meninas já se desenvolvia. E o meu se desenvolvia, mas não se desenvolvia do jeito que eu queria, entendeu? Aí eu acho que foi a parte, o momento mais delicado da minha vida. (Alana, 22 anos, entrevista concedida em 25/08/2023)

As alterações hormonais nessa fase da vida tornam a puberdade um período difícil para qualquer um de nós, pois, além de trazerem mudanças no corpo, atingem também o lado emocional. Em uma pessoa trans, o peso desse período pode ser insuportável, ver-se em um corpo adulto de um gênero que não condiz com a percepção que a pessoa tem de si mesma pode acarretar depressão, ansiedade e autodestruição. Por isso, a incidência de suicídio entre jovens transexuais é alta. (Ceribelli; Latta, 2021, p. 110)

Em síntese, o caminho traçado por estes seres humanos é repleto de desafios que perpassam desde a primeira infância e se agravam na fase juvenil, com a chegada da puberdade, transformando o corpo em algo indesejável, comprometendo a autoestima deles. Além disso, sofrem com a padronização imposta pela sociedade, porque ao apresentarem comportamentos destoantes (pré-estabelecidos) são duramente corrigidos. São obrigados a utilizarem vestimentas que não condizem com a forma como se enxergam. Não suportando mais viverem fantasiados/fantasiadas, esses seres humanos vão em busca de afirmarem o seu autêntico gênero.

As mudanças necessárias para que ocorra o processo de autenticidade de gênero são feitas na constituição física através de terapia hormonal para estimular o aparecimento de caracteres desejáveis e satisfatórios para o bem estar integral; alterações sociais como o nome e as vestimentas utilizadas; cirurgias como a de redesignação sexual para afirmação de gênero e a de retirada das mamas (mastectomia). O processo de hormonioterapia é fornecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aqui no Brasil, e estas pessoas são acompanhadas em ambulatórios por equipes multidisciplinares que as ajudam a compreenderem todos os seus questionamentos, haja

visto que é um longo caminho percorrido até que a pessoa se reconheça como trans e exteriorize sua transidentidade para a sociedade.

Essa possibilidade de afirmação das identidades de gênero com apoio do Estado é uma novidade recente. Sobre esse processo, Leticia Lanz (2021, p. 97) afirma que “[...] a partir do ato de reconhecimento da normalidade jurídica da condição transgênera pelo Supremo Tribunal Federal, a transgeneridade deixou de ser considerada transgressão e desvio de norma de conduta [...]”. Embora exista essa admissão pelo STF, inclusive de permitir alteração de pronome e gênero em documentos civis de pessoas trans<sup>5</sup> sem a necessidade de transgenitalização<sup>6</sup>, elas/eles continuam, na prática cotidiana, a serem marginalizadas, os demais cidadãos as reconhecem como *outsiders*, seus corpos permanecem sendo subjugados como estigmatizados. Tais afirmações são levantadas principalmente com base nos índices de violência contra esses corpos, ressaltando que em muitos casos é fatal, levando a vítima à morte. Além disso, nem sempre seus direitos de cidadania são respeitados e a própria existência é negada. Para muitas pessoas transidentitárias, “ser trans no Brasil é assinar sua certidão de óbito em vida” (CERIBELLI; LATTA, 2021, p. 23).

“A violência é certamente o pior tipo de toque, uma maneira pela qual a vulnerabilidade humana aos outros seres humanos é exposta em sua função mais aterrorizante, uma forma pela qual somos entregues, sem controle, à vontade de outrem, um modo pela qual a própria vida pode ser eliminada pela ação voluntária de um outro. (BUTLER, 2022, P. 45). Conforme demonstra o último dossiê<sup>7</sup>, divulgado em janeiro de 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); no Brasil o assassinato de pessoas trans é vigente. O país segue na liderança mundial desses crimes, além de ser o que mais consome pornografia trans. Consequentemente, é possível constatar que o Brasil ainda é um país que não oferece segurança a estes membros de sua sociedade; os trata de forma negligente pelo simples fato de serem dissidentes da padronização de gênero estabelecida. Todavia, pode parecer até um paradoxo a situação de nosso país: o Brasil é o país que mais mata pessoas trans, mas também o que mais adere massivamente a conteúdos adultos envolvendo essas pessoas. Com isso, podemos

---

<sup>5</sup> “STF reconhece a transgêneros possibilidade alteração de registro civil sem mudança de sexo”. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em 23 Dez 2023.

<sup>6</sup> Cirurgia realizada para afirmação sexual.

<sup>7</sup> “Dossiê: ASSASSINATOS e violência contra pessoas Trans em 2022”. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 24 Dez 2023.

inferir que embora seus corpos sejam classificados como desejáveis se tornam (talvez por isso mesmo), contraditoriamente, vulneráveis, pois são alvos de desejos reprimidos.

Considerando o escrito acima, ressalta-se aqui, que todo tipo de ato violento, seja ele de qualquer espécie (físico, psicológico, simbólico, patrimonial, verbal, moral, sexual, gênero, dentre outros) contra uma pessoa transidentitária configura como Transfobia. No Estado brasileiro, por decisão do STF, tais crimes são de configuração inafiançável e sem prazo de tempo estabelecido para responder judicialmente<sup>8</sup>. Por persistirem os atos de agressão de qualquer cunho, tendo em mente o consumo de conteúdo adulto, por brasileiros, de pessoas transgêneras, ratifica-se que os corpos dessas pessoas despertam desejos sexuais e são também tornados vulneráveis frente à violência. Contudo, esse tipo de crime reforça a desumanidade à qual estas pessoas se tornam sujeitas pela própria sociedade, tendo os seus direitos humanos violados.

Em se tratando do transicionamento de gênero, uma das nossas interlocutoras nos descreve o processo da seguinte forma:

“Eu sabia que eu já tinha que começar minha transição, porque eu já não tava mais me sentindo à vontade no corpo que eu tava, na forma como as pessoas me tratavam” (Alana, 22 anos, 25/08/2023). A incompatibilidade saturada com o físico corporal é o ápice para o início da terapia hormonal. É uma decisão cercada de medo de represálias da sociedade e primariamente do núcleo familiar, devido à realidade de muitas meninas trans de serem expulsas de seus lares. Na rua, muitas vezes a única oportunidade de obter recursos financeiros é por meio da prostituição, que põe em risco a vida delas. A auto deliberação de passar pelo processo de transição social de gênero representa para a vida da pessoa que o faz um verdadeiro alívio, por finalmente, poder enxergar a sua estrutura corporal se adequando à sua identidade ou visão de si. Os resultados obtidos, por meio da hormonização, muitas vezes conduzem essas pessoas a resultados integralmente satisfatórios, capazes de transformar positivamente sua autoestima.

---

<sup>8</sup> “Transfobia é crime, e a justiça já prevê punição”. Disponível em: <https://al.se.leg.br/transfobia-e-crime-e-a-justica-ja-preve-punicao-declara-linda-brasil/#:~:text=Recentemente%2C%20o%20Supremo%20Tribunal%20Federal,de%20tempo%20para%20responder%20judicialmente. Acesso em: 27 Dez 2023.>

Não consigo descrever até em palavras o que tá sendo pra mim a transição, desde que eu consegui retificar meus documentos; desde a terapia hormonal eu sinto que realmente eu sou essa pessoa: eu sou o Cauan, que realmente eu nasci pra ser ele, e nada nem ninguém vai encobrir isso, vai tentar dizer que é só uma fase ou que realmente eu vou tá pecando, porque eu não vejo dessa maneira. Eu vejo que eu sou essa pessoa e eu me sinto bem sendo assim, mesmo que eu já tenha passado por várias coisas tanto na minha família, quanto alheios quanto outras pessoas. Mas é dessa forma que eu me vejo e é dessa forma que eu quero envelhecer o resto da minha vida. (Cauan, 20 anos, entrevista concedida em 20/10/2023)

Quando eu vi que existia essa possibilidade e, pesquisando mais a fundo, existia um ambulatório que atendia pessoas trans aqui pra auxiliar na transição; foi coisas que explodiram meu cérebro imediatamente. Eu queria seguir com aquilo e, eu sempre fui metódico e planejado das coisas que eu ia fazer. Eu nunca soube dizer se isso era organização ou ansiedade, mas naquele momento eu tinha certeza plena de que eu não ia voltar atrás. Eu não tava sendo impulsivo, só tava sendo eu. (Breno, 27 anos, entrevista concedida em 29/08/2023)

Por outro lado, contrária ao contentamento pessoal das pessoas trans, a sociedade, impositora do padrão cisheteronormativo, termina por impulsionar a perda de sociabilidade desses seres humanos. Tal fator torna-se um problema na trajetória social de transgêneros, pois são condicionados a viverem à margem da sua comunidade. Seus direitos de cidadãos são sempre vistos como menos importantes, por isso, precisam estar sempre na luta para que consigam garantir direitos básicos, como moradia e educação. Por muito tempo, a mídia se encarregou de invisibilizá-los ou torná-los visíveis de forma negativa ao propagar atos transfóbicos. Muitos problemas vivenciados pelos transgêneros são questionados e solução encontradas em virtude do ativismo<sup>9</sup> exercido por eles/elas. É através do engajamento político e da militância que seus direitos à retificação do nome social e acesso à terapia hormonal e até hormonização para bloquear a puberdade destinada a crianças e adolescentes na rede pública de saúde, são reivindicados. Como aponta Paul Preciado, “Ser trans é cruzar uma fronteira política”:

Imagine os corpos como objetos anatômicos: esta é a visão que a medicina nos legou desde o século XVI. Mas essa é apenas uma das representações normativas do corpo. O corpo é uma potência de vida. É um arquivo político vivo fabricado não apenas pelo patriarcado ou pela medicina, mas também pelas representações artísticas, audiovisuais, pelas instituições, pelo mercado... Sexo, gênero, sexualidade, raça, saúde, deficiência, sua condição de corpo vivo é definida politicamente por essas categorias. Há hoje uma

---

<sup>9</sup> Ativismo é um conjunto de ações e práticas realizadas por indivíduos ou grupos com o objetivo de promover mudanças sociais, políticas, culturais ou ambientais. Os ativistas se engajam em causas específicas, lutando por direitos, igualdade e justiça social.

contestação dessas categorias que são também tecnologias de poder. É preciso estabelecer uma aliança transversal e universal dos corpos vivos que querem fugir a essas normas. (Preciado, entrevista concedida à *Liberation*, 19/03/2019)<sup>10</sup>.

A própria existência trans é um ato político porque subverte e desafia as normas sociais. Identificar-se transgênero é um ato de dissidência dos padrões cisheteronormativos estabelecidos no capitalismo patriarcal. Para existir diante de tantas violações é preciso politizar-se. O abandono social relativo à população transgênera pode ser observado pela falta de políticas públicas capazes de atendê-los, a consequência disso é a permanência da marginalização e exclusão de seus corpos dos espaços sociais. Mediante esta realidade, pode-se afirmar que a existências de corpos transgêneros ocorre com base na luta, militância e ativismo. Ademais, precisam ocupar os espaços políticos para obter representatividade e ter sua existência ecoada, portanto viver num corpo trans é um ato de resistência num meio social de opressão.

A questão não reside em privilegiar uma marca (feminina ou neutra) para levar a cabo uma discriminação positiva, tampouco em inventar um novo pronome que escapasse da dominação masculina e designasse uma posição de enunciação inocente, uma origem nova e pura para a razão, um ponto no qual surgisse uma voz política imaculada. O que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação. (Preciado, 2014, p. 27)

Em resumo, discutiu-se, como o sexo biológico é capaz de condicionar performances que cada corpo deverá exteriorizar: se o bebê nasce com um pênis deverá performar traços de masculinidade; se nasce com uma vagina deverá performar feminilidade. Mediante isto, a sociedade estabelece o binarismo de gênero. Logo, impõe o padrão cisheteronormativo e, conseqüentemente, quem destoa disto é menosprezado socialmente, como no caso de personalidades transmasculinas e transfemininas. Logo, a caminhada destes indivíduos é marcada por imposições que os levam a situações insatisfatórias, principalmente no que tange às expressões de corporeidade. A afirmação da transidentidade aumenta a instabilidade em suas trajetórias, pois o meio social as

---

<sup>10</sup> Entrevista de Paul Preciado a Cécile Daumas, publicada no jornal *Libération* em 19 de março de 2019. Disponível em: [https://www.liberation.fr/debats/2019/03/19/paul-b-precियो-nos-corps-trans-sont-un-acte-de-dissidence-d-u-systeme-sexe-genre\\_1716157?fbclid=IwAR2Lx5MDvyu7FvM6stL3sZW-IycWH\\_g1y0ybQXxBhLL-AmHR44OG08GLmwI](https://www.liberation.fr/debats/2019/03/19/paul-b-precियो-nos-corps-trans-sont-un-acte-de-dissidence-d-u-systeme-sexe-genre_1716157?fbclid=IwAR2Lx5MDvyu7FvM6stL3sZW-IycWH_g1y0ybQXxBhLL-AmHR44OG08GLmwI). Tradução: Luiz Morando.

trata de forma desumana, dificultando a vivência e comprometendo suas relações sociais.

Nos próximos capítulos deste trabalho, discorrer-se-á como o fenômeno da transgeneridade impacta as relações dessas pessoas nas principais instituições de socialização: a Família e a Escola

## **CAPÍTULO 2 - A TRANSGENERIDADE NO AMBIENTE FAMILIAR**

O capítulo anterior discutiu alguns dos problemas enfrentados pelas pessoas que não se conformam aos padrões de gênero estabelecidos socialmente, tornando-as vítimas da violência de diversos tipos. O fato é decorrente da naturalização das normas binárias de gênero aplicadas pela sociedade. Com base neste pressuposto, e sendo apontado nos dados obtidos nesta pesquisa, a partir da narrativa da história de vida dos participantes: o processo de transgeneridade, apresentando sinais desde a primeira infância, é motivo de conflito nos ambientes familiares. Portanto, nesta parte do estudo, se discorrerá sobre a relação de seres humanos transgêneros com a instituição social familiar, descrevendo a dificuldade de aceitação e respeito sofrida por pessoas dissidentes de gênero, motivada pela falta de informação e padronização cisheteronormativa, na família. Além disso, pondera-se que a falta de visibilidade social, marginalização e rotulação são fatores que influenciam o preconceito e a discriminação associado a pessoas trans no âmbito em questão.

Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no Artigo 227, são descritos os deveres da família enquanto uma instituição da sociedade civil, de socialização. Portanto, são atribuídos a ela deveres como o de assegurar aos seus constituintes (crianças, adolescentes e jovens) proteção integral e de integração social, os privando de toda forma de arbitrariedade abusiva destoante desses valores. Além disso, a família deve obter colaboração da Sociedade e do Estado, como um todo, para desempenhar suas obrigações com êxito, através de políticas públicas estatais. Sendo assim, toda pessoa tem o direito à família garantido pela legislação, para participar de valores necessários à vida e à sobrevivência. Portanto, a unidade familiar, assume papel essencial para o desenvolvimento físico, mental e social de cada pessoa independentemente de precedentes de raça, sexo, classe social, gênero, religião, entre outras.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, p. 132)

Outrossim, no artigo 5º, da Constituição Federal do Brasil (1988, p. 13) consta que uniformemente sem diferenças “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Semelhante ao constante nas leis constitutivas do País se encontra na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”<sup>11</sup>. Mesmo estando assegurada na legislação sua integridade física, mental e social, pessoas trans são submetidas a pressões e coerções no âmbito familiar, com finalidade de regulação das expressões de gênero vistas como inadequadas às normas sociais.

Consoante ao que consta na lei brasileira, toda (o) cidadã (o) tem direito à família que deve “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, p. 132). Percebe-se, entretanto, que nem todos (as) cidadãos têm esses direitos respeitados. Quando se trata de pessoas dissidentes do sistema binário de gênero (principalmente as pessoas trans), este direito é estritamente violado. Assim, o ambiente familiar reproduz o comportamento de preconceito, importunação e violência contra estas vidas. Em meio à situação de violência a que são expostos, muitos preferem abandonar o seu núcleo familiar, almejando fugir da repressão sofrida pelos pais e demais familiares ou são expulsas de seu lar devido à inaceitação dos genitores, condicionada por diversos motivos. Tais afirmativas evidenciam a negação da proteção familiar vigente na legislação.

---

<sup>11</sup> “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 09 Jan 2024.

Foi expulsa de casa nova e ainda não é bem aceita pela família nem por quase todos que passaram ou passam por sua vida. A entrevista com ela foi feita pelas ruas de Curitiba (PR) – onde vive atualmente -, com hora marcada para começar e terminar, assim não atrapalharia sua rotina com os clientes. Hoje Taís se vê completamente à margem da sociedade. E esse processo começou quando ela tinha apenas dezesseis anos. (Ceribelli; Latta, 2021, p. 129)

Mediante o exposto, é possível compreender que na trajetória de pessoas trans os conflitos familiares, decorrentes da inconformidade com o binarismo de gênero estão presentes e, em muitos casos, ocasiona consequências graves. Assim como muitos (as) outros(as) jovens trans, as pessoas entrevistadas nesta pesquisa também enfrentaram conflitos no seu grupo familiar. Para ratificar esta informação se observam trechos que evidenciam as relações conflituosas:

Na infância a minha mãe era a pessoa que eu mais, que eu mais ficava próxima entendeu, mas era a pessoa que mais me criticava. Então, acho que, sei lá, ela não deixava eu fazer muitas coisas, então, era um pouco complicada nossa relação” (Alana, 22 anos, 25/08/2023 ).

Não aguentei mais ficar em casa com ela negando ou com ela tentando botar saias e coisas pra eu vestir, vestidos e tentando me dar maquiagens, eu cheguei pra ela; [...] e falei pra ela que era bissexual e que eu era trans; que eu ia me mudar de casa” (Breno, 27 anos, 29/08/2023).

Isso foi me deixando triste, eu fui ficando mais afastado delas, da minha família” (Cauan, 20 anos, 20/10/2023).

Os relatos evidenciam conflitos familiares, entre pais e filhos/filhas, sobretudo por conta de expressões de gênero distintas à norma, seguidas de regulação. Os pais, através do ato de regular as condutas de gênero, tendem a negar a singularidade e livre expressão de seus (as) descendentes, os/as levando a experienciar desafeto, insegurança e indignação. Isso colabora para o processo de desapego familiar, sentimentos associados à tristeza, insatisfação por não poder externalizar sua verdadeira identidade de gênero. A conduta assumida pela família também contribui para a invisibilização da transgeneridade sendo tratada como anormal e, por conseguinte, inconcebível. Sobre esta panorama vivenciado por muitos/muitas jovens transgêneros, a filósofa Judith Butler assinala:

Os corpos produzidos através de tal imposição regulatória de gênero são corpos sofridos, que carregam as marcas da violência e da dor. Aqui a idealidade da morfologia de gênero é literalmente entalhada na carne. Portanto o gênero é uma norma regulatória, mas também uma norma que se produz a serviço de outros tipos de regulações. (Butler, 2022, p. 94-95)

Dessa maneira, o ponto de partida para a discriminação disseminada neste meio é o concebimento da padronização de gênero imposta socialmente, além de outros como os pautados na tradicionalidade religiosa, por exemplo. Diante do comportamento externalizado, os pais com filhos/filhas Trans aplicam juízo de valor sobre a maneira como se comportam, sem considerar o descontentamento pessoal e social sofrido por eles. Logo, com a opressão e repressão a fim de regular a conduta de expressão de gênero, a família, tal qual a sociedade, contribui para o processo de omissão das questões vivenciadas por pessoas transfemininas e transmasculinas. Sendo assim, é possível constatar que a transgeneridade é encarada como uma fonte de conflitos nas relações familiares e, em consequência disso, prejuízos danosos à população transgênera.

Dentre os fatores desencadeadores do desafeto familiar frente à transgeneridade está a falta de informação. É este fator que também conduz os familiares a reproduzirem um tipo de comportamento regulador mediante a expressão de gênero exteriorizada pelos filhos/filhas, seja na infância, na adolescência ou na vida adulta. A desinformação, fortalecida pela ausência de visibilidade social e midiática dos processos de trânsito de gênero, contribui para a desestabilização familiar e a regulação proveniente dos pais para com os/as filhos/filhas.

Um dos interlocutores da pesquisa afirmou a respeito de sua mãe: “para ela isso era meio que abominável, porque ela não tinha o acesso à informação na época, ainda era muito fechado, não era em aberto essa informação, poderia sim haver, mas não era muito falado” (CAUAN, 20 anos, 20/10/2023). Isso se justifica pela postura assumida socialmente de invisibilizar pessoas Trans por encará-las como transgressoras fazendo que essa conduta seja reproduzida na família. A palavra “abominável”, usada pelo interlocutor, significa “mau presságio, ameaçador, terrível” e tem como sinônimo “execrável”. Ou seja, a família sentia que a pessoa tornava-se um ser terrível, que poderia ser execrado pela sociedade, ou seja, não a pessoa trans não é apenas rejeitada, ela se torna objeto de ódio, aversão ou abominação.

A desinformação associada à transidentidade é responsável também pela confusão, no intelecto dos pais, da dualidade identidade de gênero e orientação sexual. Eles incompreendem que gênero não depende do sexo biológico, mas de como a pessoa se percebe, seja numa esfera binária (feminino e masculino) ou não-binária (outros gêneros como o Queer)<sup>12</sup>; enquanto a sexualidade está atrelada ao desejo sexual que cada um sente. Gênero e sexualidade são construções padronizadas de forma coletiva, mas são vivências individuais. Entretanto, a família assume postura opressora, pois julga a transgeneridade apenas pelo viés da sexualidade, como se a identidade de gênero e a orientação sexual se configurassem como sinônimas. Por isso, é comum, aos primeiros sinais de expressão de identidade de gênero distinta ao sexo biológico, os genitores deduzirem que aquela criança ou adolescente seja gay ou lésbica.

Sabe-se e ressalta-se que a estrutura familiar é essencial para a construção e desenvolvimento da pessoa e, sobretudo, na vida de pessoas Trans que são duramente oprimidas socialmente: “a família inteira precisa estar engajada na terapia a fim de que o processo – que é bastante longo - seja menos doloroso possível” (CERIBELLI; LATTA, 2021, p. 44). Quando os membros da família de uma pessoa Trans são esclarecidos a ponto de respeitar e até aceitar a situação, os direitos civis e humanos daquela pessoa tendem a ser preservados, fazendo com que ela encontre o acolhimento primordial para seguir sua trajetória. Do contrário, vivenciará episódios de extremo autoritarismo, desafeto e violência, que a levará à margem da sociedade onde será duplamente discriminada em todos os sentidos, pela comunidade. Assim, o trajeto feito será doloroso, solitário e, em muitos casos, devastador, perdendo sua humanidade. Um dos participantes dessa pesquisa mencionou que precisou sair de casa por falta de apoio e sofreu violência e maus tratos na rua:

Morando nessa nova casa, eu sofri um assalto seguido de um espancamento na rua por duas pessoas que estavam falando que Deus não estava gostando de mim. Eles na época botaram arma na minha boca, e falaram que um ia pela frente e outro ia por trás pra arriar minha calça e dependendo do que tivesse ali, eles iam apostar. (Breno, 27 anos, entrevista concedida em 29/08/2023).

---

<sup>12</sup> “Sexo, Gênero e Sexualidade”. Disponível em:

<https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acesso em: 07 Jan 2024.

## 2.1- A FAMÍLIA E OS MECANISMOS DE REGULAÇÃO

Nas discussões anteriores, demonstraram-se os motivos de os pais regularem a conduta comportamental dos filhos/filhas quando estes a expressam de forma inconforme ao sexo biológico. Neste subcapítulo, serão apresentados os mecanismos utilizados pelos familiares frente aos primeiros sinais de contradição de gênero reproduzidos por pessoas em trânsito de gênero, logo, “a regulação está assim ligada ao processo de normalização” (BUTLER, 2022, p. 99).

Antes disso, deve-se mencionar que, em muitas residências brasileiras em que há crianças e adolescentes Trans, a primeira forma de justificar a situação é a culpabilização da figura materna. Desesperados e inquietos, os pais, os demais parentes (avós, tios) e até pessoas sem vínculo de parentesco atribuem à mãe a culpa pela transgeneridade; é como se ela apoiasse e, principalmente, incentivasse aquele determinado tipo de atitude. Isto é causa de instabilidade no relacionamento conjugal na maioria das vezes.

Relatos contidos no livro “Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância” ilustram essa situação. “Meus pais faziam de tudo para me enfeitar e me empurrar para o universo das meninas. Era raro o dia em que meu pai não me trazia um vestido” (MOIRA et al, 2022, p. 141). “Geralmente, crianças adoram ganhar roupas novas nos dias de festa. Entrava em pânico quando mamãe nos carregava para a costureira. Relutava.” (NERY, 2019, p. 34). Tratando-se de homens trans, a tentativa de normatização, pela família, ocorre através de vestimentas, maquiagens e acessórios (brincos, pulseiras). Contudo, são mecanismos frustrados e, além de ocasionarem desconforto, com o passar do tempo as vestes impostas vão sendo rejeitadas, bem como a negação em utilizar a maquiagem, batom e demais objetos. A sensação que relatam é de estarem “fantasiados de menina”. Outro fator de destaque é o modo como são educados para performar postura feminina, como discorre Nery (2019, p. 37) “tome jeito menina, parece um homem! Isto não é maneira de se comportar! Uma mocinha não faz isso, não senta assim, não fala assado, não come assim, não olha assado! Não! Não! Não!”.

Contrariamente ao comportamento de homens trans, as mulheres transgêneras têm, desde a infância, absoluto fascínio e identificação pelo universo da feminilidade.

Para tentar reverter a situação os pais começam a incentivá-las a usar as suas roupas, mas é também frustrante, pois as adequam para parecerem com peças do vestuário feminino. Da mesma forma como os transmasculinos, as transfemininas se sentem completamente fantasiadas de menino com as vestes que lhes são compradas, aumentando cada vez mais sua insatisfação. Também são incentivados a assumirem posturas condizentes com um universo masculino, previamente definido, como o modo de falar e andar, por exemplo. Quando acontece o inesperado mediante a esta postura, a família corrige através de castigos e de proibição de repetir determinada conduta.

Quando eu era criança sempre gostei de brincar de boneca, de me maquiar, só que a minha família, ela sempre me bloqueou muito nesse aspecto e aí, quando eu queria fazer... quando eu queria fazer alguma coisa, tipo dançar, sei lá, dançar qualquer coisa, é... A minha mãe principalmente sempre me bloqueava de fazer essas coisas. (Alana, 22 anos, 25/08/2023)

O relato de Lanz (2021, p. 16) é similar: “na minha infância, o meu interesse por brinquedos de menina era tão grande quanto o meu desinteresse por brinquedo de menino”. Dessa maneira, os brinquedos oferecidos pelos pais seriam um artifício para modificar a conduta, que eles classificam como incoerentes com as normas tradicionais da sociedade. Percebendo a afinidade dos filhos(as) por brincadeiras e brinquedos contrários à normatização, seguem intensamente “presenteando” os filhos/filhas com brinquedos similares. Esta atitude reforça a legitimidade de que existem brinquedos e brincadeiras feitas especificamente para os meninos e para as meninas. Portanto, os brinquedos são mecanismos utilizados pelas famílias para a regulação do comportamento externalizado pelas crianças, objetivando mantê-las dentro da esfera padronizada.

De modo geral, entre nossos entrevistados foi perceptível a incompreensão do processo de Transgeneridade no meio familiar. Desesperados e desinformados, os responsáveis buscaram medidas objetivando reverter à situação. Essa busca desenfreada gera efeitos nocivos nos filhos/filhas que diante de tanta repressão em casa, tendem a se distanciar dos pais e daqueles parentes ou vizinhos que os/as oprimem com base no juízo de valor, que, muitas vezes é pautado em padrões sociais e religiosos. Os mecanismos de regulação utilizados nas famílias pelos pais, principalmente, são mais uma prova de violação dos direitos das pessoas trans condicionando à perda de

liberdade de expressão no espaço residencial. Portanto, constata-se o quão desafiante é a trajetória de vida de uma pessoa Transgênera, desde muito cedo é submetida a julgamentos estereotipados, por circunstâncias que ela mesma não é capaz de definir. Sobre isso, em seu livro *Viagem solitária*, João W. Nery desabafa:

Todos me viam como uma menina. Para mim, era um menino. Havia um abismo entre como me viam e como eu me sentia. Adorava brincadeiras consideradas de menino. Era reprovado. Gostava de me vestir como os garotos, tentando rivalizar e competir com eles. Era ignorado. Tremia e me apaixonava pelas meninas, mas era impedido de me declarar. Meus sonhos eram ser um super-herói, mais tarde casar com uma princesa e ser pai. Era incompreendido. Passei então a esconder meus sentimentos e minhas aspirações. Fazia ginástica para me tornar forte. Arranjei uma namorada sem que ninguém, nem mesmo ela, tomasse conhecimento. Mas o que acontecia? Será que o mundo estava de cabeça para baixo? (Nery, 2019, p. 36)

Mediante o exposto é possível compreender que a regulação exercida pelos pais sobre os filhos, parte também da autoridade que a eles é atribuída, visando enquadrá-los socialmente. No caso da regulação de gênero, eles buscam disciplinar os filhos a legitimar as normas binárias impostas socialmente. É como se, assegurando a expressão correta de gênero, a sexualidade heterocentrada fosse simultaneamente afirmada. Assim ratificam a perpetuação e naturalização do binarismo de gênero, como aponta a filósofa Judith Butler (2018, p. 194) “regras que são parcialmente estruturadas em conformidade com matrizes da hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, operam por repetição”. Sobre a forma de disciplina regente às expressões de identidade de gênero Foucault assinala,

As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra "natural", quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei mas o da normalização. (Foucault, 1989, p. 106)

Os mecanismos de regulação utilizados pelos pais, portanto, correspondem a uma forma de manter os seus descendentes dentro das normas de performance de gênero sustentadas pela sociedade. São modos de condicionar os corpos que apresentam comportamentos distintos à normatividade (Cis). Assim, pode-se dizer que, a postura

assumida pelos pais, diante da manifestação de traços transgêneros, em tentar disciplinar/regular os filhos (as) para legitimá-los ao enquadramento binário de gênero é impor um comando de obediência severa. Dessa maneira, a família atua na produção de corpos obedientes às normas sociais de gênero, como menciona Foucault (1989, p. 165) “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”. Então, a instituição família favorece e colabora para o processo de infusão na perpetuação e legitimação das condutas adjacentes ao binarismo de gênero.

Finalizando este capítulo, verificou-se que, a instituição social Família, responsável também pelo processo de socialização, pelo qual se aprende a ser membro de uma sociedade; colabora para que as normas de gênero impostas socialmente sejam respeitadas. Do contrário, os pais buscam meios de reverter a situação impondo mecanismos de regulação, proibição e repressão das condutas estranhas às normas, o que configura como uma espécie violência simbólica<sup>13</sup>. Logo, a vivência da transgeneridade implica conflitos no âmbito familiar e de opressão à conduta externalizada pelos filhos/filhas. Além disso, demonstrou-se o impacto que a desinformação, ocasionada pela falta de visibilidade trans, tem na postura assumida pelos familiares. Partindo desta premissa, no próximo capítulo, trataremos de como os processos de trânsito de gênero dos nossos interlocutores foram recebidos em outra instituição responsável pela socialização dos sujeitos: a escola.

### **CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO E TRANSGENERIDADE**

Neste capítulo, será apresentado como o processo de transgeneridade é encarado nos ambientes de ensino, como as escolas e as universidades. Sabe-se que a escola é mais uma instituição social responsável pelo processo de socialização dos indivíduos, logo reproduz os valores sociais. Além disso, é um espaço de troca de vivências, contendo um público diverso, com seu acesso garantido por lei a todos e todas. Descrever-se-á, como é a relação de pessoas transgêneras nos espaços educacionais, a fim de compreender se a forma como se dá essa relação implica na permanência estudantil, e seus impactos na trajetória dessas pessoas. Salienta-se que, os/as interlocutores (as) desta pesquisa iniciaram sua transição social de gênero no decorrer

---

<sup>13</sup> O conceito de violência simbólica foi elaborado, pelo sociólogo Pierre Bourdieu, para descrever o processo em que se perpetuam e se impõem determinados valores culturais. Considera-se que, a prática de violência simbólica acontece em vários campos sociais, inclusive o familiar. Para aprofundamento, consultar, na íntegra, a obra *A Reprodução*.

da graduação. Contudo, devido aos traços de transgeneridade estarem presentes na infância, mesmo sem se reconhecerem de tal maneira, tiveram que lidar com problemas advindos por conta dessas questões, no percurso da vida escolar.

A educação é um direito social assegurado na legislação brasileira: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123). Consoante a isto, no artigo 226, o inciso I aponta “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 123), além disso, no inciso IV do mesmo artigo, encontra-se a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 1988, p. 123). Logo, presume-se que, a educação como um direito, se concretiza como prescrito na Constituição Federal do Brasil. Embora a gratuidade possibilite o acesso, o processo de permanência é intrinsecamente prejudicado por diversos aspectos. Um desses aspectos é a falta de acolhimento aos processos de trânsito de gênero, como apontam os relatos abaixo:

Uma coisa que me incomoda um pouco é o uso do banheiro, porque eu não me sinto à vontade, ainda não me sinto à vontade usando o banheiro masculino, mas também não me sinto tão passável assim pra usar o banheiro feminino. Aí eu acabo não usando o banheiro, nem um banheiro quando eu tô aqui dentro da UFPA, acho que esse é um problema. Se tivesse um banheiro unissex, talvez seria melhor. (Alana, 22 anos, entrevista concedida em 25/08/2023).

Todas as escolas que eu passei, com exceção da minha faculdade atual, sempre foram omissos às questões que eu tinha passado, sendo ela questões dessa... dessa não digo exposição, acredito que expressão de gênero que eu tinha, bissexualidade, os bullyings advindos dessa expressão e, eu acredito que essa omissão fez coisas tão mais horríveis por mim quanto as pessoas que me atacaram, porque eu apanhei em todas que eu estive até o ensino médio. (Breno, 27 anos, entrevista concedida em 29/08/2023).

Eu adentrei aqui na faculdade no ano de 2022, e teve um professor daqui da nossa instituição que ele não respeitava o meu pronome de forma alguma. E eu falei, meu documento ainda não era retificado; eu levei um papelzinho pra ele escrito meu nome, que o que diz nome social, quando você não tem o nome já retificado. Levei o papelzinho pra ele, falei que meu nome era esse, que era Cauan, mesmo assim na hora da chamada ele sempre falava o meu nome morto. E isso me deu um negócio ali que eu não conseguia explicar: eu fiquei muito mal, porque eu falei poxa eu pensei que aqui eu seria mais acolhido, que geralmente faculdade é onde tu vê várias pessoas. Aí tu pensa, poxa aquilo ali é um lugar que eu vou me sentir bem, que eu vou me sentir acolhido e abraçado. E ele não entendeu. Passaram-se meses e ele só foi entender e realmente me chamar pelo nome certo que é o meu nome, depois

de eu não tá mais na aula dele, depois de eu já não ter mais frequentado a disciplina dele. (Cauan, 20 anos, entrevista concedida em 20/10/2023).

Conforme o discurso dos (as) interlocutores (as), passar pelo processo de transição de gênero e, frequentando unidades de educação, mesmo as de ensino superior, a permanência é ainda mais desafiante, pois lidam com situações de tremendo desrespeito, advindas por conta de rejeição ao nome social pelos professores, utilização de espaços como o banheiro, bullying, dentre outras. Dessa forma, as pessoas trans convivem com as variadas violências dentro de ambientes de educação, fatos que dificultam sua permanência nestes locais. As dificuldades vivenciadas por elas são fatores que contribuem para o abandono da vida educacional, bem como relatou Cauan (20 anos, 20/10/2023) sobre o inconformismo em ser chamado pelo seu nome “morto<sup>14</sup>” por um professor, e já se sentindo desestabilizado, viu-se obrigado a evadir a disciplina ministrada por ele. Alana, por sua vez, relatou não utilizar nenhum banheiro quando está no campus da universidade na qual estuda.

Ao longo dos anos, percebe-se que o desrespeito às identidades sexuais e gênero dissidentes vem crescendo, a empatia e o respeito estão cada vez mais no esquecimento tanto no ambiente educacional quanto em algumas práticas exercidas pelos docentes. Portanto, são necessárias mudanças: a escola precisa assumir o seu real papel, que é transformar o que está imposto e exposto nesse contexto de desrespeito e desvalorização das diferenças. (Odara, 2020, p. 86)

A escola é um espaço de educação, onde além de produzir e reproduzir conhecimentos, também é responsável pelo processo de socialização dos indivíduos.

Como instância de disciplinamento da sexualidade (heterossexual) a escola, e dentro dela os professores, é um território em que se constituem e se reproduzem mecanismos homofóbicos. Conforme Junqueira (2007, p. 61), a escola é um lugar em que jovens LGBT enfrentam, sistematicamente, discriminações por parte de colegas, professores, dirigentes e servidores escolares e “não raro encontram obstáculos para se matricularem na rede pública, participarem de atividades pedagógicas e terem suas identidades minimamente respeitadas” (Borges e Meyer, 2008, p.63).

---

<sup>14</sup> DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%208727&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%208727&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional). Acesso em 16 Jan 2024

A comunidade escolar tenta corrigir estudantes que demonstrem condutas inconcebíveis com determinadas regras sociais, como o binarismo de gênero. Na escola, as pessoas que expressam comportamentos contrários ao gênero atribuído socialmente, seja por meio de preferência por brincadeiras, amizades, gostos, personalidade, são duramente reprimidas e reguladas a mudar o comportamento.

A escola exerce um importante papel, pois, conforme Jane Felipe (SOUZA, 1998), por vezes as professoras atuam como vigilantes da sexualidade infantil, inculcando nas crianças os comportamentos que elas também aprenderam a considerar como mais apropriados para meninos e meninas. Em situações relacionadas a brincadeiras consideradas inadequadas entre crianças do mesmo sexo, as professoras, utilizavam como estratégias pedagógicas algumas micropenalidades, como as transferências de alunos para outras turmas ou para outras escolas, os encaminhamentos à direção da escola e as repreensões. A norma heterossexual é tão estruturante das relações sociais que, certamente, as professoras agem dessa forma por acreditarem que a educação das crianças de modo adequado consiste em encaixá-las na norma que é heterossexual e facilitar sua convivência dentro de uma cultura que é heteronormativa e homofóbica. (Borges e Meyer, 2008, p.65).

Sobre as formas de repressão e disciplina, um dos participantes desta pesquisa relatou que na escola corrigiam a forma como ele sentava, andava, seu tom de voz, cortes de cabelo, postura. Todas essas condutas e características eram dele cobradas, para que ele correspondesse a um padrão, segundo ele, “tanto num padrão do aluno bom, quanto no padrão da feminilidade” (BRENO, 27 ANOS, 29/08/2023). Assim, constata-se que, os profissionais atuantes na escola violentam alunos e alunas trans simbolicamente pelo fato de corrigir sua postura comportamental. A respeito disso, Butler argumenta:

Essa violência emerge de um profundo desejo de manter a ordem do gênero binário natural ou necessária, fazer dela uma estrutura, seja natural, seja cultural ou ambas, de modo a nenhum ser humano poder se opor a ela e ainda permanecer humano. Se uma pessoa se opõe às normas do gênero binário não apenas por ter um ponto de vista crítico sobre elas, mas por tê-las incorporado de maneira crítica, e sendo essa oposição estilizada legível, então parece que a violência surge justamente como a exigência de desfazer essa legibilidade, de questionar sua possibilidade, torná-la irreal e impossível diante de sua aparência contrária. (Butler, 2022, p. 64)

Diante da exteriorização de comportamento destoante, surgem formas de estigmatizar as pessoas trans na escola, como menciona Goffman (1988, p. 63) “a figura

que o indivíduo apresenta na vida diária perante aqueles com quem ele tem relações habituais será reduzida e estragada”. Nos espaços educacionais o estigma é fomentado através de bullying ocasionado por alunos e, até mesmo, por profissionais atuantes nesses locais. É comum que transfemininas sejam vulgarmente apelidadas de “viadinho”, “bicha”; e transmasculinos de “sapatão”, “maria-macho”. A maneira como essas pessoas são rotuladas na escola, marcam seu percurso escolar drasticamente pela importunação sofrida, pois “a rotulação põe o ator em circunstâncias que tornam mais difícil para ele levar adiante as rotinas normais da vida cotidiana” (BECKER, 1991, p. 181). A estigmatização, seguida de rotulação, evidencia que os espaços educacionais desconsideram a diversidade e se tornam incapazes de pensá-la e acolhê-la, além disso, é uma forma de homogeneizar as instituições educacionais negando a existência da singularidade dos (as) estudantes.

É autêntico de ser retratado neste estudo, que a falta de informação sobre gênero e sexualidade, condicionada por ser um tabu, faz com que pessoas trans sofram inicialmente homofobia na escola por serem primeiramente confundidas como homoafetivas, mesmo quando estas ainda não compreendem esse processo. As diversas situações homofóbicas a que são submetidas na escola, as invisibilizam por meio de atos opressivos. Dificilmente são hábeis de participar de grupos de amizade, assim são segregadas. Para se manterem nestes espaços de acesso e permanência, precisam resistir. Daí constata-se que, as condições de permanência se tornam duplamente desafiadoras e dificultosas quando se trata de transgeneridade, ou seja, para estes (as) alunos (as) a permanência é permeada por diversos aspectos nocivos que ameaçam sua integridade física, social e psicológica. Além disso, menciona-se que a família não intervém, porque considera isso uma regulação. De fato, muitas vezes a família se apoia na escola para ratificar e instituir as penalidades aos desviantes. Para Paul Preciado, a escola é uma das instituições chave nessa regulação de gênero:

Temos uma visão ainda idealizada da escola como um espaço para a aprendizagem das crianças, como se fosse realmente um espaço de liberdade. Não se trata simplesmente de que a escola reproduza condutas homofóbicas, transfóbicas, ou estereótipos machistas; trata-se de uma das instituições chave onde se leva a cabo o processo de normalização de gênero ou de sexualidade. E esse é um processo violento. Curiosamente, dois dos espaços mais violentos, o doméstico e a escola, são aqueles que estão mais idealizados no nosso imaginário como espaços de proteção da infância. (Preciado, Entrevista concedida à *El Diari de l'Educació*, 06/02/2016)<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Entrevista com Paul Preciado cedida a João França e publicada em *El Diari de l'Educació*, em 6 de

Com a finalidade de manter o público estudantil, por completo, dentro das normas sociais tradicionais de gênero, as instituições de ensino utilizam mecanismos legitimadores capazes de demarcar muito bem a forma como se deve comportar, falar, andar, relacionar. Entre os mecanismos de imposição do binarismo há a divisão entre meninos e meninas em filas, em brincadeiras distintas nas aulas de Educação Física, uniformes, banheiros, condutas, formação de grupo de amizade, dentre outras. Mediante este cenário os (as) estudantes que se enxergam diferentes e de alguma maneira não se encaixam são alvo de extrema vigilância e repressão na escola. O relato abaixo demonstra como qualquer desvio de um padrão cis e heteronormativo é repreendido:

As professoras da educação infantil trouxeram também algumas situações de preconceito e discriminação de seus colegas que, ao olharem para um menino mais magrinho, com um rosto mais delicado e mais tímido, logo faziam afirmações, como: “aquele ali tem um jeitinho muito estranho” ou “aquele ali não vai dar boa coisa mesmo”. Outra professora relatou o caso de um aluno seu que sofria fortes discriminações e vigilância da mãe e das professoras, pois aos sete anos gostava de se maquiar e usar roupas femininas e, embora os colegas não o discriminassem em função disso, a família e as professoras o repreendiam constantemente (Borges e Meyer, 2008, p.70).

Logo, a trajetória destes(as) estudantes é marcada por exclusão e forte repressão de conduta, os instigando a se verem como desviantes e terem que aceitar serem corrigidos(as), se submetendo aos mecanismos de regulação das instituições de ensino para terem sua existência minimamente tolerada.

O panorama vivenciado por pessoas transgêneros, nos ambientes de ensino, que tem como efeito evasão escolar; apresenta como consequência na vida dessas pessoas o atraso nos estudos. Durante o Ensino Médio, Breno (27 anos, 29/08/2023) relatou que por conta dos “bulliyings advindos dessa expressão” vivenciou situações desrespeitosas, mesmo assim conseguiu passar para o segundo ano, mas inconformado com os preconceitos pelos quais vivenciou, decidiu mudar para uma instituição de ensino

federal entendendo que “as coisas seriam diferentes, que aceitariam mais as questões de diversidade”. Entretanto, suas expectativas foram frustradas, porque todo o cenário de julgamento, preconceito, bullying e rejeição se repetiu como na antiga escola em que estudava, além disso, precisou voltar novamente para o primeiro ano por conta das disciplinas técnicas e reprovou na maioria do quadro de disciplinas já cursadas antes. Preferiu sair dessa escola. Tentou cursar o segundo ano com o histórico antigo, mas a escola alegou ter perdido. Ele somente concluiu o ensino médio através do Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos.

Situações como as vividas pelo jovem são fatores que influenciam a baixa escolaridade na população transgênera, pois o espaço escolar mostra-se negligente atuando para legitimar as normas de gênero e sexualidade cisheterocentradas. Logo, esta realidade “garante o processo de expulsão compulsória acarretando na vida de diversos LGBTs e sendo muito mais recorrente na vida da população de travestis e transexuais” (ODARA, 2020, p. 106). Este fato também corrobora com os registros publicados no site da ANTRA referente ao grau de escolaridade entre a população de pessoas trans: “estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior”. Toda a opressão experimentada no ambiente escolar as leva ao abandono e ao entendimento deste local como regulatório e inapropriado para seus corpos.

A instituição social escolar deveria atuar na preparação e qualificação para o mercado de trabalho. Mas é possível observar que há uma rigorosa falha quando se direciona a estudantes transgêneros e transgêneras, pois conforme apontado nos parágrafos anteriores, o abandono do percurso educacional, que configura como evasão escolar, e aponta como consequência a baixa escolarização, é uma realidade que impacta nas exigências de nível de escolaridade do mercado de trabalho. Logo, para a maioria das pessoas trans, conseguirem um emprego que exija, por exemplo, o Ensino Médio ou Fundamental será desvantajoso, devido aos baixos índices educacionais vigentes neste grupo social. Portanto, a Educação inferioriza essas pessoas não somente no período de estadia durante a vida acadêmica, mas também no decorrer de sua trajetória na busca de empregabilidade, culminando em não inserção no mercado de trabalho também por este viés.

Não somente as escolas, mas as Instituições de Ensino Superior (IES) são âmbitos educacionais que dificultam a permanência de estudantes transgêneros (as), mesmo que já haja um debate e um pouco mais de acolhimento, entretanto ainda é algo parcial, pois muitos (as) jovens transgêneros abandonam o Ensino Superior por serem submetidos à experienciarem situações semelhantes àquelas já vivenciadas durante o ensino infantil, fundamental e médio. Diante dessa conjuntura, é possível constatar que o tempo passa, contudo, os alvos de discriminação continuam sendo os mesmos, dentre eles os alunos e alunas que apresentam traços de gênero “fora do padrão”. Um dos entrevistados para construção deste trabalho descreveu que, antes de cursar sua atual faculdade, passou por uma instituição privada e cursou outra na atual IES que está matriculado; por duas vezes viu-se obrigado a evadir por não suportar ser motivo de “piada” entre alunos e professores. Portanto, constata-se que nas IES, o alunato e corpo docente, reproduzem discriminações e são capazes de reprimir estudantes dissidentes do binarismo de gênero.

Diante do panorama de constante exclusão, repressão, violência e discriminação vivenciada pelos alunos e alunas trans nas unidades de educação, Paulo Freire (1996, p.20) argumenta “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”. O argumento freireano expressa uma conduta distinta da realidade de pessoas trans para com a relação educacional, subjugando qualquer forma de ato discriminatório nos ambientes de ensino. Além disso, se este pensamento permeasse a conduta de educadores e educadoras, os (as) estudantes estariam sendo levados a criticidade e a educação na prática enaltecer a democracia, aberta a acolher a diversidade do público estudantil. Contudo, os resultados obtidos nesta pesquisa, mostram uma vivência distinta aos argumentos de Freire.

Consoante ao pensamento defendido por Paulo Freire, Bell Hooks (2017, p. 25) defende “a educação como prática da liberdade”. Nesse sentido, a autora se refere ao processo educacional no qual o educando e a educanda sejam conduzidos (as) a desenvolver o senso crítico rompendo com todos os preconceitos atrelados ao senso comum “para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebrando um ensino que permita as transgressões” (HOOKS, 2017, p. 24). É uma forma de valorizar a singularidade de cada pessoa, bem

como os seus saberes socioculturais. Educar para liberdade deve, portanto, atender a pressupostos capazes de transformar a educação em emancipatória, levando-a ao diálogo com a diversidade. Entretanto, mediante ao que foi discutido neste capítulo, sobre a permanência das pessoas transgêneras nos espaços educacionais, a Educação, como concebe a referida autora, ainda é irreal diante do contexto desconfortável e intolerável experimentado por essas personalidades transgêneras nas escolas e universidades.

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (Hooks, 2017, p. 25)

Por fim, o sociólogo François Dubet (2003, p. 551) aponta que a escola atua tanto na produção de bons alunos quanto na de alunos “vencidos, alunos fracassados, alunos menos bons e menos dignos”, quando reproduz práticas sociais dominantes. Reportando-se aos índices de abandono da vida escolar por pessoas transgêneras por conta dos inúmeros conflitos e opressões, aos quais são submetidas (os) durante o curso de vida escolar, estes podem ser também classificados como alunos (as) “vencidos”, ou seja, pelo viés de que não se adequam às normas impostas pelo espaço educacional (as de gênero). Ainda para Dubet (2003, p. 41) “a exclusão não é somente um fenômeno sistêmico objetivo, é também uma experiência subjetiva da exclusão vivida potencialmente como uma destruição de si”. Dessa maneira o processo de exclusão educacional vivenciado por transgêneros e transgêneras, culmina em vencidos, os culpabilizando (a) por tal realidade e os tornando menos merecedores ao acesso e permanência estudantil.

## CONCLUSÃO

Diante das discussões apresentadas no decorrer deste trabalho, é possível constatar que o gênero é uma norma estabelecida socialmente que implica intrinsecamente na legitimação de um padrão cisheteronormativo, capaz de regular a vivência e as relações sociais dos membros de determinada sociedade. Entretanto, as pessoas transgêneras, reconhecidas como destoantes da padronização do binarismo de gênero são alvo de constantes represálias sociais que as levam à invisibilização, desumanização, marginalização e segregação social. Estigmatizadas e rotuladas essas pessoas são apontadas como transgressoras, apesar de a legislação vigente despatologizá-las e inconcebê-las como tal. Desde a infância, a pessoa trans sente-se diferente, seja no corpo ou como a sociedade a trata, através da destinação do que é cabível a ela em diversos aspectos. Por isso, a existência Trans é um ato político de profunda resistência, sobrevivendo ao sistema Cis e heteronormativo imposto socialmente desde muito cedo.

Assumir-se transidentitário é ter que resistir para existir, pois, a violência a que são submetidos os seres humanos transgêneros, implica numa luta pela sobrevivência em busca de direitos sociais que a eles são negados por serem dissidentes das normas sociais de gênero. Além disso, perdem o seu direito de exercício à cidadania e sua sociabilidade é integralmente prejudicada. Em face de tanta agressividade e repugnância, suas vidas são tratadas como menos importantes (vivíveis); seus corpos são estigmatizados a ponto de serem incapazes de gerar luto social. Logo, percebe-se que a longevidade trans, é criminalizada pela sociedade, sendo alvo de represálias que agridem sua integridade física, mental e social. Assim, a norma generificada naturalizada, causa efeitos e consequências severas no percurso de vida de pessoas como as transgêneras; em período como o da adolescência, precisam lidar com a baixa autoestima devido ao desenvolvimento indesejável de características em seu corpo.

A família, enquanto um agente social que deveria prestar acolhimento e primar pelo desenvolvimento psicossocial de seus descendentes, termina por fazer diferente, os levando à extrema margem da sociedade, onde são cada vez mais discriminados. Além disso, se percebe que a regulação sobre o gênero, imposta no ambiente familiar desde a primeira infância, prejudica o desenvolvimento psicossocial da pessoa trans. Dessa forma, o seu lar passa a ser um ambiente de extrema violência simbólica, além de

outras. Estes episódios, em alguns casos, podem culminar em tragédias. Portanto, a conduta de correção assumida pelos pais é uma forma de naturalizar o binarismo de gênero apoiado na biologia. Mas diante da regulação e opressão a que estão expostas, as pessoas trans são prova de que o gênero não está associado a fenômenos biológicos e são construídos.

Os espaços educacionais, conforme as discussões apontaram, permanecem sendo espaços fechados ao debate sobre sexualidade e gênero. Tal silenciamento, continua a prejudicar intrinsecamente a permanência de pessoas que apresentem qualquer característica destoante das condutas ditas normais quanto ao gênero. São ambientes fechados à diversidade, quando o próprio público que o frequenta é diverso em vários aspectos. A violência contra pessoas trans nas unidades de ensino é uma variável marcante na sua trajetória, torna-se um fator primordial para a evasão escolar. A postura assumida por professores, alunos e funcionários da escola, além dos mecanismos de regulação social para a manutenção de feminilidade ou masculinidade são preponderantes para a produção de alunos e alunas “vencidos”, como os/as jovens trans.

Diante disso, é necessário que as instituições de socialização como a Família e a Escola ou Universidade atuem de forma a estarem abertas ao debate, rompendo com as bases cisheterocentradas geradas pelo patriarcado, a fim de possibilitar a existência de pessoas como as transgêneras sem encará-las como transgressoras, para que exerçam seu direito de participar de um núcleo familiar e escolar. É preciso que o poder político reconheça e visibilize formatos de famílias diferentes às ditas tradicionais. A escola, baseada nas conquistas trans, reconhecidas pelos órgãos de poder, como o uso do nome social e outras deve iniciar por aí a conscientização de todos, para que estas conquistas sejam efetivadas na prática e para que se reduza o índice de violência nas escolas. É necessário que todo o corpo escolar esteja engajado na luta para que o direito à educação aconteça na prática sem exclusão. Por fim, é importante que o Estado estabeleça projetos a exemplo do Transcidadania objetivando que pessoas trans possam concorrer a uma vaga de emprego, por exemplo com boa escolaridade.

Portanto, é possível dizer que a trajetória de transgeneridade na sociedade é um desafio diário na luta pela sobrevivência. É um caminho marcado por exclusão, no qual os seus direitos essenciais, como o direito à vida, são negligenciados e tratados como

menos importantes. Logo, as relações sociais de pessoas trans são integralmente afetadas.

Muitos aspectos nesta pesquisa foram levantados, mas nos concentramos nas relações familiares e educacionais. Entretanto, outros aspectos ainda precisam ser investigados, como o tema do trabalho, pois a maioria das pessoas trans enfrenta dificuldades em encontrar emprego ou se manter, após exteriorizar a transidentidade. Tal temática é muito relevante para futuras pesquisas capazes de enriquecer o debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.
- BECKER, Howard S.. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Hollanda, Heloísa Buarque (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- CERIBELLI, Renata; DELLA LATTA, Bruno. **Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo livros, 2021.
- DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cadernos de pesquisa*, n 119, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 20. ed. Petropolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOFFMAN, Erving . **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- LANZ, Leticia. **A construção de mim mesma: Uma história de transição de gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.
- MOIRA, Amara *et al.* **Vidas Trans: A luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social**. 2. ed. Bauru, São Paulo: Astral Cultural, 2022. ISBN 978-65-5566-271-9.

NERY, João W.. **Erro de pessoa**: Joana ou João?. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, João W.. **Viagem Solitária**: A trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade. 2. edição. Rio de Janeiro, 2019.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: Travestilizando a educação. 1. ed. Salvador, Bahia: Devires, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

PRECIADO, Paul B.. **Manifesto Contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro São Paulo: N1 edições, 2014..

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.